

as dificuldades de acesso ao sistema EaD; das angústias familiares para solucionar dúvidas dos alunos em relação aos conteúdos estudados; falou da dificuldade dos professores com adaptação ao sistema; da falta de preparação por parte da Secretaria; falou da necessidade de um “intensivão” também para o final do ensino fundamental referente aos alunos do 9º ano e falou sobre a necessidade de se recuperar a “janela de aprendizagem” especialmente na educação infantil. Devolvida a palavra ao Senhor Secretário, ele passou a responder os questionamentos dizendo que há financiamento do Banco Mundial para aquisição de equipamentos básicos para todos e financiamento da diferença de valores para Professores que queiram adquirir equipamentos melhores; disse que as desigualdades sociais estão dentro das escolas; que os Professores temporários recebem quando o efetivo registra ausência; há proposta de envio de projeto para correções na lei de contratação temporária; fez a constatação da fala “fabricação de dados”; disse que há avaliações lançadas pelos Professores das atividades desenvolvidas; disse que há um grande esforço de Professores para as atividades durante a pandemia; disse que a Secretaria faz reuniões permanentes com os Professores; falou da necessidade de avaliação diagnóstica da aprendizagem; afirmou que a aprendizagem efetiva é a presencial; disse que a tecnologia pode apoiar e não substituir do Professor; disse que a Secretaria Estadual de Educação trabalha para diminuição das exigências burocráticas desnecessárias; falou da previsão de retorno parcial das atividades escolares a partir da data de 08/09/2020 dependo de alguns fatores a serem observados; disse que a área da saúde dirá a oportunidade para o retorno seguro; afirmou que o envio de um novo projeto de lei para temporários é uma grande conquista; falou que o PDDE garante autonomia fundamental às escolas, que o Centro de Mídias está sendo preparado para um grande repositório que será disponibilizado mesmo após a pandemia; disse que o projeto a ser enviado brevemente à Alesp é um marco regulatório que incluirá os professores temporários; disse que há grande participação dos professores nas atividades ATPC, com respeito ao “bom senso” em relação às dificuldades enfrentadas com o acesso às tecnologias para as atividades remotas; disse que guarda manifestação da Procuradoria sobre o novo projeto sobre os temporários, que faltam recursos para o projeto da merenda atender a todos os alunos, que 60% dos alunos se alimentam com a merenda escolar, que está mantida a EJA, que a avaliação à distância será uma exceção; falou que o “intensivão” é uma boa medida, que o Instituto “Alma Preta” faz pesquisa em nível nacional sobre a falta de acesso dos alunos ao sistema de educação a distância, que no Estado de São Paulo o índice é baixo, disse que há realização de obras na escolas pelo FNDE diretamente; disse que haverá retorno seguro às aulas presenciais com monitoramento semanal, que há preocupação mútua para aprimorar os protocolos de segurança; disse que há compra de equipamentos para as escolas com recurso do Banco Mundial, que a pandemia abriu uma janela de possibilidades para o uso da tecnologia na área da Educação; que há um desafio para o envolvimento das famílias no aprendizado dos filhos; há dificuldades para os pais; disse que há um grande número de Professores conectados às atividades diárias neste período de pandemia; disse que a Secretaria oferece orientações para o uso das tecnologias, que esses tempos estão sendo extremamente difíceis, que há necessidade da construção conjunta com Professores e gestores para avançar no aprendizado dos alunos. Encerrada a fala do Senhor Secretário, a Senhora Presidenta retomou a palavra para solicitar atendimento pela Secretaria Estadual à Apeoesp e outras entidades que têm compromisso com a Educação e ressaltou a tranquilidade e harmonia no transcorrer da reunião. O Senhor Deputado Carlos Giannazi retomou a palavra para dizer que não havia falado sobre “falsificação de dados” e sim em divergência com a realidade e para solicitar a participação de entidades representativas dos profissionais da educação nas decisões sobre o retorno às atividades presenciais. Encerradas as manifestações, a Senhora Presidente, após agradecer a presença do Senhor Secretário Estadual de Educação e a dos demais participantes, reforçar o apelo para o diálogo com as entidades de classe, deu por encerrada a reunião, gravada pelo Serviço de Audiofonia, da qual, eu, Maurício Nespeca, Analista Legislativo, lavrei a presente ata, que vai assinada por sua Excelência, a Senhora Deputada Presidenta da reunião, e por mim, que secretariei os trabalhos. Dispensada da leitura, foi considerada aprovada, na quinta reunião extraordinária virtual, realizada aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

Deputada Professora Bebel  
Presidenta  
Maurício Nespeca  
Secretário

## COMISSÕES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

### ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas e cinco minutos, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Atividades e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea “d” do inciso III do artigo 18 da XIV Consolidação do Regimento Interno e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Wellington Moura. Pela Comissão de Atividades Econômicas estiveram presentes os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Ed Thomas, Sergio Victor, Itamar Borges e Alexandre Pereira (membros efetivos), a Senhora Deputada Carla Morando e os Senhores Deputados Gilmaci Santos e Coronel Telhada (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Frederico d’Ávila, Mauro Bragato, Marcos Damasio, Sebastião Santos e Conte Lopes. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Paulo Fiorilo, Wellington Moura e Ricardo Mellão (membros efetivos), a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Daniel Soares e Coronel Telhada (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Roberto Engler, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Marcio da Farmácia, Delegado Olim e Alex de Madureira.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 755, de 2019, (Regime de Urgência), de autoria dos Senhores Deputados Ricardo Mellão, Sergio Victor e Itamar Borges, que almeja “instituir o Código de Defesa do Empreendedor, estabelecendo normas para expedição de atos públicos de liberação da atividade econômica e dispõe sobre a realização de análise de impacto regulatório” e designou relator do projeto o Senhor Deputado Ed Thomas, que fez a leitura de seu voto, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo ora apresentado e contrário ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Após a leitura de suas conclusões, colocado em discussão e votação, foi aprovado o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, gravada pelo Serviço de Audiofonia, da qual, eu, Maurício Nespeca, Analista Legislativo, lavrei a presente ata, que, dispensada da leitura e considerada aprovada, vai assinada por sua Excelência, o Senhor Deputado Presidente da reunião, e por mim, que secretariei os trabalhos.

Deputado Carlião Pignatari  
Presidente da Reunião Conjunta  
Maurício Nespeca  
Analista Legislativo/Secretário

### CPI - FAKE NEWS - ELEIÇÕES 2018

#### ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE “INVESTIGAR OS CASOS DAS ‘FAKE NEWS’ (NOTÍCIAS FALSAS) QUE SURTIRAM DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2018, NO ESTADO DE SÃO PAULO”.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dez horas, em ambiente virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato 06/2020, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 290/2019, com a finalidade de “investigar os casos das “Fake News” (Notícias Falsas) que surgiram durante as eleições de 2018, no Estado de São Paulo”, sob a presidência do Deputado Caio França. Presentes as Senhoras Deputadas Janaina Paschoal, Carla Morando e Monica da Bancada Ativista e os Senhores Deputados Paulo Fiorilo, Caio França, Edmir Chedid, Thiago Auricchio, Sargento Neri e Arthur do Val (membros efetivos). Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente anunciou a presença do convidado, Dr. Luis Felipe Belmonte dos Santos, advogado e dono da Kasar Investimentos Imobiliários, e já informou aos parlamentares presentes que o mesmo, instruído por seu procurador, não assinaria o termo de compromisso, que diz respeito à obrigatoriedade de o depoente falar a verdade, sob pena de cometer crime de falso testemunho. De início, o convidado afirmou desconhecer o objeto específico do convite, dizendo apenas conhecer o objeto da CPI. O Deputado Paulo Fiorilo, autor do requerimento de convite, foi o primeiro a se inscrever para apresentar as indagações ao convidado, tendo perguntado se o convidado foi inscrito como primeiro suplente do candidato a uma vaga no Senado Federal Sr. Izalci Lucas, do PSDB, nas eleições de 2018, ao que recebeu resposta afirmativa; se foi eleito nessa condição, ao que recebeu resposta afirmativa; se se desfilou do PSDB, ao que recebeu resposta afirmativa, com a justificativa de que o fez para participar da criação do partido político Aliança pelo Brasil a pedido do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro; se contribuiu financeiramente com algumas candidaturas, ao que recebeu resposta afirmativa; se contribuiu para a candidatura de sua esposa, Sra. Paula Belmonte, ao cargo de deputada federal, ao que recebeu resposta negativa; se sabe o motivo de ter citado no inquérito policial que tramita perante o Supremo Tribunal Federal acerca da existência de uma rede de empresários responsáveis pela produção e disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, ao que recebeu resposta no sentido de que ele não estava incluído nessa investigação, mas apenas naquela referente ao financiamento de supostos atos antidemocráticos; se utilizou recursos próprios para produzir ou financiar a produção de notícias falsas ou se disponibilizou recursos para o financiamento de supostos atos antidemocráticos, ou se conhece alguém que o tenha feito, ao que recebeu resposta negativa; se conhece algum ou alguns dos empresários citados no inquérito das “fake news”, ao que recebeu resposta negativa; se tem algo a acrescentar a respeito do objeto da presente investigação, ao que recebeu resposta negativa; por fim, o parlamentar solicitou que o convidado apresentasse ao colegiado os documentos citados ao longo do depoimento, ao que o mesmo se prontificou a fazê-lo. Em seguida, o Deputado Sargento Neri foi o segundo deputado a se inscrever para fazer questionamentos ao convidado, tendo-lhe perguntado se fez críticas ao Supremo Tribunal Federal, especificamente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, ao que recebeu resposta afirmativa, com a explicação do contexto em que foram proferidas; se a dinâmica das “fake news” funciona como uma ferramenta para enfraquecer a direita que ascendeu ao poder, ao que recebeu breve comentário por parte do convidado. Ato contínuo, a Deputada Monica Seixas passou a apresentar suas perguntas para o convidado, tendo-lhe indagado se patrocina ou financia sites, blogs ou outros veículos de comunicação, ao que recebeu resposta negativa, com exceção de um profissional que tem um noticiário com o tema da saúde; se as empresas de sua propriedade costumam acessar ou usar o Google Ads ou outra forma de patrocínio, ao que recebeu resposta no sentido de que o empresário faz todas as publicações em suas próprias redes sociais como pessoa física; se já contratou agência para disparo em massa de publicidade, seja para a sua própria campanha ou de sua esposa, ao que recebeu resposta negativa; se fez contribuições para o financiamento dos supostos atos antidemocráticos, ao que recebeu resposta negativa; se fez contribuições para manifestações em apoio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao que recebeu resposta de que as fez exclusivamente para a criação do partido político Aliança; se participou de supostos atos antidemocráticos, ao que recebeu resposta no sentido de que participou de apenas uma carreata e fez um pronunciamento em uma manifestação; se defende as chamadas pautas antidemocráticas, como fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, ao que recebeu resposta negativa, com as considerações pertinentes. A seguir, a Deputada Janaina Paschoal teve comentários acerca do objeto da presente investigação e de questões em seu entorno e indagou se a criação do partido político Aliança para as eleições de 2020 não foi a maior notícia falsa recentemente veiculada, de forma prejudicial ao PSL e ao próprio Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao que recebeu explicações por parte do convidado. Por fim, o Deputado Paulo Fiorilo voltou a fazer questionamentos no tempo que ainda lhe cabia, indagando ao convidado se conhece alguns empresários (Luciano Hang, Edgar Corona, Sergio Lima, Marcos Bellizia) e o Instituto Conservador, ao que recebeu os esclarecimentos pertinentes. Após, a Deputada Carla Morando questionou ao convidado se ele tem conhecimento de que os recursos que forneceu para o financiamento de campanhas possam ter sido destinados à produção e disseminação de notícias falsas, ao que recebeu resposta negativa. Dando seguimento, o Deputado Edmir Chedid perguntou ao convidado de que forma ele poderia contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito e como poderiam os parlamentares tentar minimizar a disseminação de “fake news” nas redes sociais, ao que recebeu resposta do convidado no sentido do endurecimento da legislação brasileira e das boas práticas do Judiciário e demais instituições pátrias na defesa dos princípios. Encerrado o depoimento, o Presidente passou à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Requerimento nº 73/2020, de autoria do Deputado Paulo Fiorilo, solicitando seja deliberado por esta CPI o convite ao Excelentíssimo Senhor João Doria, Governador do Estado de São Paulo, com o objetivo de prestar informações de que tenha conhecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito “Fake News-Eleições 2018”. Concedida vista à Deputada Carla Morando. Item 2 - Requerimento nº 74/2020, de autoria do Deputado Paulo Fiorilo, solicitando seja deliberado por esta CPI o convite ao Excelentíssimo Senhor Márcio França, Ex-Governador do Estado de São Paulo, com o objetivo de prestar informações de que tenha conhecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito “Fake News-Eleições 2018”. Concedida vista ao Deputado Thiago Auricchio. Item 3 - Requerimento nº 75/2020, de autoria da Deputada Monica da Bancada Ativista, solicitando, nos termos regimentais, seja oficiada a PRODESP, solicitando informações constantes do processo 1121384-40.2019.8.26.0100, da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, sobre quais os órgãos públicos e os perfis de acesso dos usuários/servidores, assim como os respectivos setores, departamentos e gabinetes vinculados aos IPs de conexão utilizados para disseminação das postagens mencionadas em tal processo, de janeiro de 2018 a janeiro de 2020. Aprovado o requerimento, registradas as abstenções da Deputada Janaina Paschoal e do Deputado Arthur do Val. Para ciência, ficou registrada a existência de material recebido do Professor Wilson

Gomes, encaminhando resposta ao Requerimento CPI Fake News nº 51/2020. Ao final da reunião, os parlamentares presentes discutiram, de forma sucinta, aspectos técnicos relacionados à necessidade, ou não, de que o convidado firme, por meio de assinatura do respectivo documento, termo de compromisso de dizer a verdade na CPI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 26/11/2020.

Deputado Caio França  
Presidente

Alessandra Verrone Chimelli  
Secretária

## COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

### ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas e doze minutos, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea “d” do inciso III do artigo 18 da XIV Consolidação do Regimento Interno e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Delegado Olim. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes a Senhora Deputada Janaina Paschoal e os Senhores Deputados Carlião Pignatari, Daniel Soares, Gilmaci Santos e Heni Ozi Kukiery (membros efetivos), a Senhora Deputada Valeria Bolssonaro e o Senhor Deputado Douglas Garcia (substitutos eventuais regimentalmente indicados pelas Lideranças de seus partidos). Ausentes a Senhora Deputada Marina Helou e os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Emídio de Souza, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Thiago Auricchio, Alex de Madureira e Roque Barbieri. Pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários estiveram presentes os Senhores Deputados Daniel Soares, Altair Moraes e Delegado Olim (membros efetivos) e as Senhoras Deputadas Valeria Bolssonaro, Janaina Paschoal e Monica da Bancada Ativista (membros substitutos eventuais regimentalmente indicados pelas Lideranças de seus partidos políticos). Ausentes as Senhoras Deputadas Isa Penna e Adriana Borgo e os Senhores Deputados Major Mecca, Luiz Fernando T. Ferreira, Ed Thomas, Jorge Caruso e Sargento Neri. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Dra. Damaris Moura e os Senhores Deputados Ricardo Mellão e Alex de Madureira (membros efetivos), os Senhores Deputados Daniel Soares e Gilmaci Santos (membros substitutos) e a Senhora Deputada Valeria Bolssonaro (membro substituto eventual regimentalmente indicado pela Liderança de seu partido político). Ausentes os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Paulo Fiorilo, Roberto Engler, Estevam Galvão, Dirceu Dalben, Wellington Moura, Marcio da Farmácia e Delegado Olim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 1.051, de 2019 (Regime de Urgência) de autoria da Senhora Deputada Monica da Bancada Ativista e outros, que “institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela” ao qual foi juntado o Projeto de Lei nº 1056, de 2019. O Senhor Presidente designou relator do projeto o Senhor Deputado Altair Moraes, que fez a leitura de seu voto, favorável ao PL nº 1.051, de 2019, e contrário ao PL nº 1.056, de 2019. Após a leitura de suas conclusões, colocado em discussão e votação, foi aprovado o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, gravada pelo Serviço de Audiofonia, da qual, eu, Maurício Nespeca, Analista Legislativo, lavrei a presente ata, que, dispensada da leitura e considerada aprovada, vai assinada por sua Excelência, o Senhor Deputado Presidente da reunião, e por mim, que secretariei os trabalhos.

Deputado Delegado Olim  
Presidente da Reunião Conjunta  
Maurício Nespeca  
Analista Legislativo/Secretário

## Debates

### 19 DE NOVEMBRO DE 2020 96ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, FREDERICO D’AVILA e TENENTE NASCIMENTO

#### RESUMO

##### PEQUENO EXPEDIENTE

##### 1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

##### 2 - CASTELLO BRANCO

Informa a comemoração do Dia da Bandeira. Apresenta slides sobre aumento da alíquota de ICMS do combustível no Estado, previsto no PL 684/20. Alerta para aumento de custo de vida em São Paulo. Cita frase de Winston Churchill.

##### 3 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discorre sobre as obras da Linha 15 - Prata do Monotrilho. Lembra que o sistema ficou paralisado por mais de 100 dias em 2020. Exibe reportagens sobre acidentes na linha. Crítica a insistência para implementação do modal no Estado. Menciona os gastos e atrasos com a linha. Considera o transporte caro e inseguro.

##### 4 - MAJOR MECCA

Lamenta a execução de um policial militar. Tece críticas à atuação do governo na Segurança Pública. Afirma que é dever do Estado proteger os agentes. Alega que os policiais são mal remunerados e mal equipados. Discorre sobre os desafios da profissão. Clama pelo impeachment do governador.

##### 5 - JANAINA PASCHOAL

Pede posicionamento dos candidatos à prefeitura da Capital sobre o conteúdo a ser ministrado nas escolas municipais. Considera a discussão importante, pois, ao seu ver, é direito do cidadão saber o que os candidatos pensam a respeito. Cita a circular enviada aos pais de alunos de escola no Rio de Janeiro utilizando gênero neutro. Afirma que as crianças e os adolescentes não conseguem se impor diante de certas orientações.

##### 6 - CARLOS GIANNAZI

Rebate o discurso da deputada Janaina Paschoal. Afirma que o PSOL defende a educação libertadora e que estimule o senso crítico. Tece críticas ao projeto “Escola sem Partido”. Lembra os secretários de Educação, Paulo Freire e Mário Sergio Cortella, durante o mandato de Luiza Erundina, candidata a vice-prefeita. Lamenta o falecimento

de Paulo Henrique Machado, morador do Hospital das Clínicas, em 18/11. Crítica o veto do governador ao PL 660/14, elaborado em parceria com Paulo. Discorre sobre a importância da vacinação.

##### 7 - FREDERICO D’AVILA

Assume a Presidência.

##### 8 - CORONEL TELHADA

Lembra o Dia da Bandeira, celebrado hoje. Informa os municípios aniversariantes. Parabeniza a Brigada Militar do Rio Grande do Sul pelo aniversário. Comenta o falecimento do coronel Edilberto de Oliveira Melo, aos 99 anos. Discorre sobre a trajetória militar do coronel. Notícia a realização de megaoperação nas marginais para fiscalização de caminhões. Endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal. Repudia o que considerou “ideologia de gênero”. Crítica os pedidos de fechamento da Polícia Militar. Comenta as dificuldades da força no Estado.

##### 9 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

##### 10 - FREDERICO D’AVILA

Tece elogios à atuação do deputado Carlos Giannazi. Faz coro às falas do deputado Coronel Telhada e Janaina Paschoal. Comenta visita ao cônsul da Hungria. Afirma que a constituição húngara irá definir família como homem e mulher. Repudia o que considera “ideologia de gênero”. Discorre sobre o treinamento de cães da polícia pelo 5º Batalhão de Polícia de Choque. Agradece ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, pelo discurso em relação ao presidente Bolsonaro na reunião dos Brics. Comenta o aumento de ICMS de diversos itens pelo PL 529/20. Alerta para repasse aos consumidores. Crítica o governador João Doria.

##### 11 - TENENTE NASCIMENTO

Assume a Presidência.

##### 12 - CASTELLO BRANCO

Comenta o recebimento de reclamações sobre possíveis fraudes nas urnas eletrônicas. Pede para que os eleitores que tiveram problemas registrem uma reclamação no Tribunal Superior Eleitoral. Clama para que os responsáveis investiguem o caso.

##### 13 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre o fechamento de turnos na Escola Estadual Visconde de Congonhas do Campo, no Tatuapé. Alega que a comunidade é contra a ação. Considera o encerramento de turnos como improbidade administrativa. Afirma que irá acionar o Ministério Público Estadual. Lembra que todos têm direito ao acesso à Educação de qualidade. Crítica a atuação do secretário de Educação Rossieli Soares e do governador João Doria.

##### 14 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

##### 15 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 20/11, à hora regimental. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Nesta data, Dia da Bandeira, 19 de novembro de 2020, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: primeiro, o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado capitão Castello Branco, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Dia da Bandeira, 19 de novembro de 2020, nossa melhor continência ao pavilhão nacional, símbolo de fé e de esperança desta Nação.

Boa tarde a todos que nos ouvem na Rede Alesp de comunicação, nessa abertura do Pequeno Expediente de 2020. Coronel Telhada, nossa continência para o senhor também, dia da nossa gloriosa bandeira.

O que nos traz hoje aqui é mais uma constatação de aumento de impostos no estado de São Paulo. Desta vez, num setor sensível da Economia, que é o combustível. Mais uma maldade do governador, para a população paulista, que vai aumentar a alíquota do ICMS de 12% para 13,3 por cento.

Na manhã de hoje, nós fomos surpreendidos com a publicação do Projeto de lei nº 684, de 2020, da majoração da alíquota do ICMS, de 12% para 13,3% nas operações de etanol. Esse aumento vai valer até 16 de janeiro de 2023. Curiosamente, nobres deputados, ele já não estará mais aqui, e vai se beneficiar desse aumento de impostos, que vai afetar todos nós, como veremos.

O Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços é influência direta nos preços de combustíveis e no seu custo de vida, porque a alimentação é transportada também por veículos a álcool, assim como outros produtos e serviços.

Segundo dados da Fecombustíveis, no caso do etanol, os tributos federais representam 4% do preço, e o ICMS representa 13 por cento. O custo e a margem de lucro nas usinas produtoras de etanol é de 63%, e das distribuidoras e revendedoras de 20 por cento.

Portanto, o repasse ao consumidor será uma questão de tempo. O consumidor vai sentir no seu bolso o aumento nas bombas de combustível. Caso seja aprovado esse projeto de lei aqui nesta Casa, os preços poderão ser alterados a qualquer momento. Ou seja, estamos diante de um aumento de impostos.

Nós terminamos nossa fala de hoje lembrando o antigo político inglês, Churchill, que dizia que aumentar impostos é o primeiro caminho para a derrota de um político. Feliz Dia da Bandeira. Brasil acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. O próximo deputado é o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, desta tribuna quero cumprimentar aqui o público da TV Alesp, público que nos assiste.

Sr. Presidente, quero voltar a falar hoje sobre o tão emblemático, inseguro, desconfiante, monotrilho, que costume chamar de “enganotrilho”. Quero falar especificamente da Linha 15 - Prata, que liga Vila Prudente até Cidade Tiradentes, bairro onde tenho o prazer de morar há muitos anos.

Desde quando se iniciou essa luta, para construir esse tal monotrilho, a gente já fez movimentos, protestos, reivindicações para o Governo do Estado, dizendo que esse modal não iria funcionar. Não iria funcionar, que o povo de São Mateus, de Sapopemba, do Colonial, do Iguatemi, da Cidade Tiradentes, meracia, e merece, um sistema de transporte adequado, que é o metrô.

Mas isso foi ignorado, de maneira que, até hoje, nós estamos enfrentando, passando pelas dificuldades que o Governo do Estado nos impõe, que são os problemas que são causados pelo famoso “enganotrilho”.